

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO ATUAL: ALGUNS DESAFIOS NA PANDEMIA

Msc. Vera Lúcia Landó Contart Teles¹

A participação igualitária de todos na escola, regra prevista em lei, é pressuposto para se alcançar a desejável educação de qualidade. Uma das formas de se assegurar essa equidade é ofertar com humanidade e justiça, oportunidades de ensino participativo e democrático em toda a rede pública.

Com a influência de organismos internacionais, percebemos que o cenário em busca por um ensino de qualidade, começou a ser desenhado nas décadas de 1980 e 1990, quando o Brasil iniciou um amplo processo de ajuste no sistema educativo, com políticas públicas educacionais voltadas para esse fim, por meio de, planos, metas e diretrizes, que apesar de colocar a educação como tema central, o que se percebe é que a mesma, se tornou mais competitiva, fragmentada, dualizada e seletiva social e culturalmente.

Segundo o professor José Carlos Libâneo (2016), “a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todos, o domínio do conhecimento, o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento das necessidades individuais e sociais dos alunos, através da cidadania, também, como poder de participação.”

Entende-se que é somente por intermédio da educação que pode haver uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, qualidade é um conceito que está intrinsecamente ligado à educação e ao ensino.

Ademais, a educação com padrões de excelência no ensino, é relevante também no sentido de superar as desigualdades sociais e a exclusão social. Diante disso, a educação deve incluir os menos favorecidos no seu processo de ensino-aprendizagem e não excluí-los.

¹ Professora de Políticas Educacionais do curso de Pedagogia, no Centro Universitário Alfredo Nasser-UNIFAN

Por isso, pensar a qualidade da educação implica em assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação à melhoria das condições de vida e da formação da população. Dessa maneira, a busca por uma melhor qualidade na educação e no ensino exige medidas que visem não somente o ingresso e permanência nas escolas, mas ações, que que permitam reverter a situação de baixa qualidade na educação básica brasileira.

Os desafios da educação no Brasil tornaram-se mais evidentes com a pandemia do Corona vírus em 2020 e continuada nos dias atuais, apesar de sabermos que alguns diretores e professores de escolas públicas, digo alguns, pois, existem escolas com infraestrutura precária, têm providenciado os materiais didáticos para que esses conteúdos cheguem até os alunos e eles consigam realizar as atividades, já que a grande maioria de alunos de escolas públicas não possuem computadores ou celulares, quando os possuem é apenas um aparelho celular para toda a família. O problema se estende, dentre os desafios de estudar em escola pública em uma pandemia podemos citar: a evasão escolar, alunos que vivem em lares e bairros violentos e sofrem com o aumento de situações abusivas, além do mais, muitos estudantes perderam parentes próximos e vários passam necessidade ou estão com medo de perder os pais, de perder o referencial.

Diante desse quadro, o estudo fica em segundo plano, e a motivação desaparece, algo que afeta as suas oportunidades de aprendizagem e as possibilidades de enfrentamento da crise e até a vulnerabilidade à doença.

Conforme o Censo Escolar de 2019, O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o Brasil tem 47,9 milhões de alunos matriculados na educação básica e 80,9% desses alunos concentram-se na rede pública de ensino, este contingente apresenta condições de vida distintas, dos alunos que estão nas escolas privadas e precisam mais do nosso apoio. Esse público inclui crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, para esses estudantes, a educação salva vidas, ela dá segurança, proteção, alimentação e estimula a esperança de dias melhores. Quando a volta às aulas for possível para um pequeno grupo, os mais desprotegidos devem ser priorizados.

Infere-se, portanto, a urgência do Estado, ator principal das Políticas Públicas Educacionais, entender e atuar para diminuir o abismo descoberto, esse abismo econômico, de infraestrutura, de condições humanas e sociais, em qualquer nível ou modalidade de ensino, mas, para que isso aconteça, é necessário que ações para esse fim sejam isentas de qualquer tipo de discriminação.

Cabe também à escola, repensar o seu papel enquanto agente social, de formar cidadãos verdadeiramente críticos, reflexivos e transformadores realidade da comunidade onde vivem.